

Entre Palavras e Vivências: O Ensino de Literatura como Ato Político no UPT/UNEB

João Pedro Gomes Siqueira¹

Resumo

Este projeto propõe uma investigação sobre o ensino de literatura como prática pedagógica com dimensões políticas e sociais, a partir das experiências vivenciadas em sala de aula por um/a instrutor/a no cursinho pré-vestibular Universidade para Todos (UPT), vinculado à UNEB – Campus VIII, em Paulo Afonso (BA). A proposta parte da concepção de que a literatura, quando trabalhada de forma crítica e contextualizada, torna-se um instrumento de escuta, reconhecimento e resistência frente às desigualdades educacionais e simbólicas que marcam os trajetos dos estudantes da rede pública. O trabalho propõe refletir sobre como a escolha de autores(as) periféricos(as), negros(as), indígenas, nordestinos(as) e de outras identidades historicamente silenciadas pode contribuir para o fortalecimento da autoestima, da representatividade e da capacidade analítica dos/as alunos/as frente aos desafios do vestibular e da vida. A abordagem adotada é qualitativa, com base em um relato de experiência, considerando o envolvimento direto do/a autor/a no planejamento e na aplicação das aulas, bem como no registro reflexivo das práticas pedagógicas desenvolvidas. Serão utilizadas também rodas de conversa com estudantes, registros de produção textual e observações de interações em sala como instrumentos de análise. O estudo pretende contribuir para o debate sobre o papel político do ensino da literatura em espaços populares e para a valorização de práticas educativas que promovam justiça social, pertencimento e acesso ao conhecimento como forma de emancipação.

Palavras-chave: Literatura; Ensino popular; Relato de experiência; Juventudes; Representatividade.

1. Introdução e Referencial Teórico

O acesso à literatura por estudantes da rede pública, sobretudo em contextos de interiorização e vulnerabilidade social, enfrenta desafios que extrapolam a ausência de livros. Há também barreiras simbólicas, como a ausência de identificação com os autores propostos nos currículos tradicionais e o apagamento de narrativas que retratem a realidade de jovens periféricos, negros, indígenas e nordestinos. Nesse sentido, o cursinho Universidade para Todos (UPT) emerge não apenas como política pública de inclusão educacional, mas como espaço de invenção pedagógica e resistência simbólica. A proposta deste trabalho nasce da vivência de um instrutor do cursinho UPT no

¹Graduando do Curso de Direito da Universidade Estadual - BA, pedro.chacara7@gmail.com



município de Paulo Afonso (BA), interior da Bahia, onde o ensino da literatura foi ressignificado como prática de escuta, diálogo e valorização das múltiplas identidades presentes em sala. A iniciativa de trabalhar autores/as das margens sociais não apenas expandiu o repertório literário dos/as alunos/as, mas também promoveu o fortalecimento de vínculos, de autoestima e de uma leitura crítica do mundo.

Dessa forma, o presente estudo busca refletir sobre como a literatura, quando utilizada como instrumento de representatividade e resistência, pode contribuir com a formação crítica de sujeitos historicamente marginalizados, transformando a sala de aula em território de pertencimento e construção de saberes emancipatórios. A centralidade do trabalho reside na defesa de uma prática docente engajada, sensível às diversidades e comprometida com a justiça social.

O ponto de partida teórico deste trabalho está ancorado na pedagogia libertadora de Paulo Freire (2021), que defende a educação como prática da liberdade e não como ato de domesticação. Ao propor uma pedagogia dialógica, Freire convida educadores/as a reconhecerem a potência do saber dos oprimidos, estabelecendo uma relação horizontal de ensino-aprendizagem, em que ler o mundo precede a leitura da palavra.

No campo da literatura, Antonio Candido (2004) reitera que o acesso à arte literária é um direito humano, pois ela contribui para a formação da sensibilidade, da imaginação e do senso crítico. Em contextos populares, essa afirmação ganha ainda mais relevância, pois significa garantir a entrada das juventudes nos circuitos simbólicos da cultura nacional.

Para além do cânone, autores como Djamila Ribeiro (2017) e Abdias do Nascimento (2021) denunciam a invisibilização histórica das vozes negras, destacando a importância do “lugar de fala” como ferramenta epistemológica e política. Nesse sentido, a escolha por autores/as como Carolina Maria de Jesus, Eliane Potiguar, Conceição Evaristo e Itamar Vieira Junior representa mais do que uma opção estética: trata-se de um gesto de reparação simbólica e de afirmação de pertencimentos múltiplos.



Complementando essa perspectiva, Dayrell (2019) destaca que a escuta das juventudes é um ato político de reconhecimento. As escolas – e, por extensão, espaços como o UPT – precisam se tornar lugares de escuta atenta e valorização dos saberes juvenis, possibilitando uma educação que dialogue com as realidades concretas dos/as estudantes e suas identidades culturais.

2. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com base no método de relato de experiência, considerando a atuação direta do/a autor/a como instrutor/a no cursinho pré-vestibular Universidade para Todos (UPT), vinculado à Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus VIII, no município de Paulo Afonso (BA). A escolha metodológica se justifica pela natureza do objeto de estudo, centrado em práticas pedagógicas que envolvem interações subjetivas, relações socioculturais e construção coletiva de saberes em contextos populares.

A investigação foi desenvolvida entre os anos de 2023 e 2025, envolvendo três turmas distintas atendidas pelo Polo UPT Paulo Afonso – uma localizada no município de Glória (BA) e duas em Paulo Afonso (BA). As aulas aconteciam semanalmente, com foco na preparação para os vestibulares e na promoção de uma leitura crítica da realidade, mediada por conteúdos literários contextualizados.

Como procedimentos metodológicos, foram utilizados:

- Anotações de campo e registros reflexivos elaborados ao longo do planejamento e execução das aulas;
- Observações sistemáticas das interações em sala de aula, registrando comportamentos, reações e formas de participação dos/as estudantes;
- Rodas de conversa, que funcionaram como espaço de escuta ativa, partilha de vivências e construção coletiva de sentido sobre os textos trabalhados;
- Análise de produções textuais desenvolvidas pelos/as alunos/as durante as atividades, como forma de avaliar o impacto das práticas pedagógicas propostas.



As aulas foram estruturadas com base em uma proposta interdisciplinar, combinando conteúdos tradicionais da disciplina de Literatura com abordagens que valorizam o protagonismo juvenil, a representatividade identitária e a escuta das vozes historicamente silenciadas. A escolha das obras literárias buscou contemplar autores/as periféricos/as, negros/as, indígenas e nordestinos/as, com o objetivo de fortalecer vínculos entre linguagem, território e identidade cultural. Além disso, foram utilizados recursos pedagógicos como músicas, documentários, textos não literários e expressões artísticas da cultura periférica.

3. Relato de Experiência

Durante o processo formativo no cursinho Universidade para Todos (UPT), cada aula se constituiu como espaço vivo de mediação entre o conteúdo literário e as experiências concretas dos/as estudantes. Desde o primeiro encontro, estabelecia-se uma provocação que se repetia a cada nova turma: “Quem não gosta de literatura? Espero fazê-los mudar de ideia.” Esse questionamento inicial, aparentemente simples, revelava uma intenção pedagógica profunda: desconstruir concepções limitantes em torno da disciplina e convidar os/as alunos/as a se abrirem para experiências estéticas e críticas transformadoras.

Esses encontros, realizados semanalmente, foram planejados para articular o currículo literário tradicional com práticas de escuta e acolhimento, reconhecendo que o ensino da literatura, em contextos populares, precisa dialogar com os repertórios culturais e afetivos dos sujeitos envolvidos. Inspirado na pedagogia do oprimido de Paulo Freire (2021), o trabalho buscou romper com a lógica bancária de transmissão de conteúdo, priorizando uma prática dialógica, horizontal e sensível às identidades em sala.

As aulas eram marcadas por interpretações textuais, reflexões críticas e discussões abertas sobre temas ligados à existência humana, às opressões cotidianas, ao pertencimento, à ancestralidade e à resistência. O estudo de gêneros literários e escolas brasileiras não foi realizado de forma estanque ou linear, mas contextualizado a partir das realidades sociais e culturais dos/as alunos/as. A literatura foi proposta não como



evasão ou distração, mas como expressão simbólica da experiência humana e ferramenta de leitura crítica do mundo, como aponta Antonio Candido (2004), ao destacar a função humanizadora da arte.

A escolha dos autores e das obras foi intencional. A introdução de textos de Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Eliane Potiguara, Itamar Vieira Junior e outros/as escritores/as negros/as, indígenas, nordestinos/as e periféricos/as provocou forte impacto na turma. Muitos/as estudantes relataram jamais terem lido, até então, obras que refletissem suas vivências, suas dores, seus territórios ou sua linguagem. Como afirmou uma aluna durante uma roda de conversa: “É a primeira vez que eu me vejo dentro de um livro.” Esse tipo de identificação gerou tanto encantamento quanto incômodo, revelando, como propõe Djamila Ribeiro (2017), a urgência de repensarmos os espaços de fala e escuta nos processos educativos.

As rodas de conversa tornaram-se momentos privilegiados de partilha, escuta ativa e elaboração coletiva do conhecimento. Esses encontros não apenas ampliaram o vocabulário literário e o repertório cultural dos/as estudantes, como também reforçaram laços afetivos e políticos entre os sujeitos em sala. A escuta, como lembra Dayrell (2019), é um ato político de reconhecimento – e sua prática cotidiana demonstrou o potencial transformador de uma pedagogia centrada nas juventudes e em seus saberes.

Durante o percurso, algumas falas espontâneas dos/as alunos/as evidenciaram o impacto subjetivo e afetivo dessa experiência com a literatura. Frases como “Eu achei que não gostava de literatura, mas agora gosto” revelam o rompimento com estigmas formados por experiências escolares anteriores marcadas por distanciamento e desinteresse. Em outro momento, após a leitura compartilhada de um conto de Conceição Evaristo, um aluno afirmou com simplicidade, mas grande potência: “Obrigado, professor, por me ensinar.” Tais manifestações, embora breves, condensam o reconhecimento da literatura como um campo de encontro, descoberta e afeto.

Não obstante os avanços, o percurso formativo também evidenciou obstáculos significativos. Alguns/as estudantes apresentaram resistência inicial ao conteúdo literário, seja por experiências anteriores desmotivadoras, seja por não conseguirem, em



um primeiro momento, estabelecer relação entre o texto literário e suas realidades. A evasão também se impôs como desafio recorrente. Muitos/as estudantes não conseguiram concluir o curso, por motivos que vão desde demandas de trabalho e cuidado familiar até desmobilização subjetiva e falta de políticas institucionais de permanência. Essa realidade aponta para a necessidade de que programas como o UPT não apenas ofertem conteúdos de qualidade, mas garantam condições materiais e simbólicas para que os/as estudantes permaneçam e se reconheçam como protagonistas do processo.

Ainda assim, a experiência revelou que, quando o ensino da literatura é conduzido com escuta, intencionalidade e sensibilidade social, ele se transforma em espaço de reexistência – conceito que extrapola a ideia de sobrevivência e reafirma o direito de ocupar, transformar e narrar o mundo a partir das próprias marcas. O papel do/a instrutor/a, nesse processo, foi o de mediador/a comprometido/a com uma postura anticolonial e com uma prática pedagógica ética, amorosa e libertadora, como propõe Paulo Freire (2021). O erro não foi penalizado, mas tratado como parte do caminho; o saber não foi imposto, mas construído coletivamente.

Ao fim de cada ciclo, o que se consolidava não era apenas o avanço em conteúdos previstos pelos vestibulares, mas, sobretudo, o fortalecimento da autoestima, da criticidade e do senso de pertencimento dos/as jovens envolvidos/as. A literatura, nesse percurso, deixou de ser mero instrumento de aprovação em provas e se apresentou como caminho de reconhecimento, emancipação e afirmação simbólica.

4. Resultados e Discussão

Os relatos orais e escritos dos/as alunos/as revelam não apenas uma ampliação do vocabulário literário e domínio de gêneros textuais, mas uma profunda transformação na forma como esses/as jovens compreendem suas próprias trajetórias. Muitos/as afirmaram, nas rodas de conversa, que jamais haviam lido autores/as negros/as, indígenas ou nordestinos/as. O contato com essas vozes provocou identificação e encantamento, mas também questionamentos críticos sobre o sistema educacional e as narrativas que dominam o espaço escolar.



Esses relatos confirmam o que Candido (2004) denomina como a função humanizadora da literatura: ao colocar-se no lugar do outro, o/a leitor/a amplia sua compreensão do mundo. Nesse caso, ao se verem representados nas obras lidas, os/as estudantes reafirmaram seu direito de existir, de narrar e de sonhar. Como destaca Conceição Evaristo (2017), “nossos passos vêm de longe”, e ao reconhecer essa ancestralidade literária, os/as jovens do UPT fortaleceram sua própria caminhada.

A figura do/a instrutor/a, ao adotar uma postura empática, dialógica e anticolonial, contribuiu para a criação de um espaço pedagógico horizontal, em que o erro não era punição, mas parte do processo; e o saber não era propriedade exclusiva de quem ensina, mas construção coletiva. A experiência confirma que a literatura, quando trabalhada com intencionalidade e sensibilidade social, torna-se ferramenta de reexistência, como propõe a pedagogia decolonial.

5. Considerações Finais

Ao relatar essa experiência no cursinho Universidade para Todos, reafirma-se a potência da literatura como ferramenta pedagógica de escuta, resistência e emancipação. O ensino da literatura não pode se restringir à decodificação de textos ou à preparação tecnicista para exames vestibulares. É preciso reconhecer o seu potencial político, afetivo e simbólico, especialmente quando mediado por práticas educativas que dialogam com as identidades e os territórios dos/as estudantes.

Este estudo evidencia que a leitura de autores/as periféricos/as, negros/as, indígenas e nordestinos/as pode promover rupturas importantes nas dinâmicas de silenciamento e exclusão que marcam o cotidiano escolar. A partir dessa vivência, torna-se possível afirmar que o ensino popular, quando comprometido com a transformação social, pode gerar impactos reais na vida de jovens historicamente marginalizados.

Conclui-se que práticas educativas como as desenvolvidas no UPT devem ser valorizadas e ampliadas, pois elas reafirmam a educação pública como um direito e a literatura como território de disputa simbólica, de reconhecimento e de transformação.



Como ensina Paulo Freire (2021), “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” – e é nesse entrelaçamento que a educação se reinventa como ato amoroso, potente e revolucionário.

Referências

- CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2004.
- DAYRELL, Juarez. A escola "pode" ouvir as juventudes?. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- EVARISTO, Conceição. Olhos d'água. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 57. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. 22. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2021.
- POTIGUARA, Eliane. Metade cara, metade máscara. Brasília: LGE Editora, 2004.
- RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte: Letramento; São Paulo: Sueli Carneiro, 2017.
- VIEIRA JUNIOR, Itamar. Torto Arado. São Paulo: Todavia, 2019.

